

Aula 10

A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO ROMANO II

META

Discutir o processo de constituição do Império Romano

OBJETIVOS

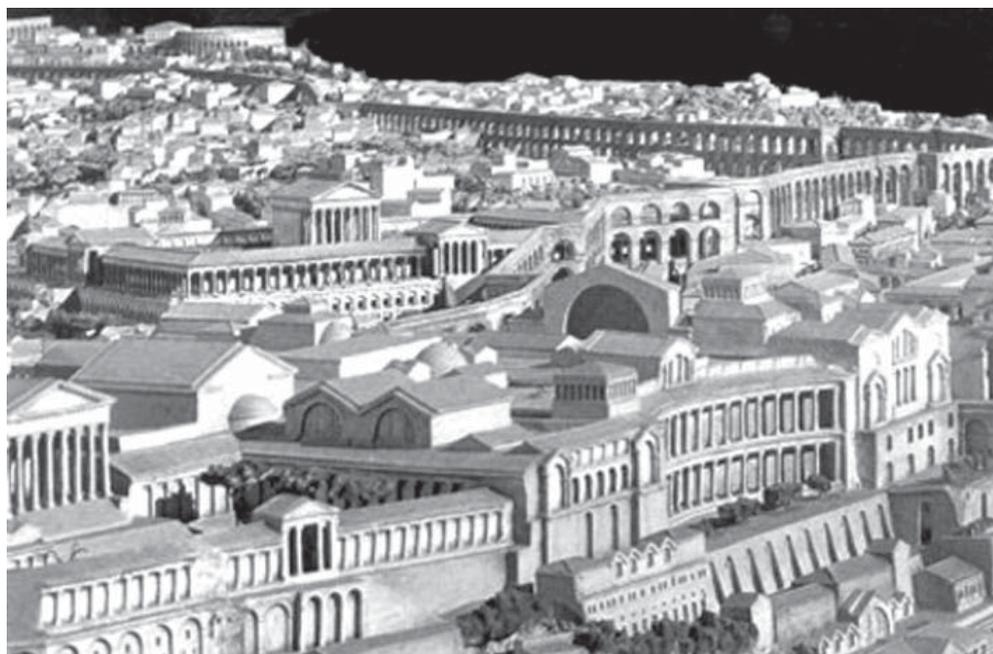
Ao final desta aula, o aluno deverá:

- listar as possíveis causas que levaram à expansão territorial romana;
- listar as transformações sociais resultantes do processo de expansão territorial;
- descrever as crises que levaram Otávio Augusto ao poder.

INTRODUÇÃO

Caro aluno ou cara aluna, nesta aula abordaremos de que forma as lutas sociais no interior da sociedade romana se relacionaram com o seu processo expansionista, conflitos que tiveram como um de seus centros a questão da propriedade da terra.

Não devemos esperar respostas simples e categóricas a respeito desse assunto, pois o expansionismo romano está associado a uma multiplicidade de fatores que tornam, segundo o nosso modo de ver, muito temeroso tentar buscar quais seriam suas principais causas e apresentá-las de modo resumido. Portanto, aqui, iremos apresentá-lo ligado a alguns de seus aspectos, porém, não querendo afirmar com isso que eles seriam as únicas causas do fenômeno imperialista na sociedade romana.



Monte Palatino, a colina onde nasceu a cidade de Roma. Detalhe em maquete da Roma Antiga. (Fonte: <http://www.images.google.com.br>).

EXPANSIONISMO

O Império Romano foi uma grande obra política, social e econômica, talvez representando o que poderíamos qualificar como sendo o ponto máximo de experiência organizativa das estruturas estatais dos povos da antigüidade. Quais teriam sido os fatores que impulsionaram uma pequena comunidade política, nos inícios do século VIII, a expandir seu poder a ponto de se tornar senhora de todo mundo mediterrânico, e a criar complexas formas de administração para controlá-lo?

Uma das teses tradicionais, para se explicar o expansionismo romano, é o da teoria do imperialismo “involuntário e defensivo”. Tal teoria parte do princípio de que as guerras que Roma travava eram de natureza defensiva. Não se pretendia com elas a anexação dos territórios de seus vizinhos com a intenção de formar um grande império, pois suas conquistas levaram-na a tomar posse de territórios que não pretendia dominar. Os defensores dessa teoria postulam que Roma atacava para se defender, seguindo a política de que vencer os inimigos da fronteira e dominar seus territórios seria a melhor maneira de se protegerem contra eles. Tal forma de ver o processo de formação do império romano enfatiza o seu aspecto externo ligado a fatores de caráter político. Guerras, acordos e alianças externas são apontados como as causas que teriam levado Roma a sua empresa expansionista.

Norberto Luiz Guarinello, em seu livro “Imperialismo Greco-Romano”, nos oferece um contraponto interessante a essa interpretação. Segundo ele, um dos elementos fundamentais para se entender tal política expansionista estaria nas próprias condições internas vividas pela sociedade romana. Assim, ao invés de buscar as motivações do imperialismo romano em questões de política externa, Guarinello procura entendê-la também a partir dos conflitos internos existentes entre os grupos sociais que compunham a cidade de Roma.

Qualquer que fosse a motivação consciente da guerra, portanto, ou a forma de representar/justificar seu início, a vitória acarretava a obtenção de bens materiais (presas de guerra, territórios, escravos e soldados), além de poderio político (glória para os chefes, alianças com as aristocracias locais). Estes deveriam ser administrados e distribuídos entre os vencedores, seguindo os percursos de sua própria estrutura política e econômica. É, assim, absurdo supor que as conseqüências de tal entidade, advinda de uma vitória, não entrassem nas considerações sobre o início de uma determinada campanha (GUARINELLO, p. 43).

Guarinello associa o expansionismo romano aos proveitos advindo das vitórias sobre os povos conquistados. Dentre esses proveitos cita principalmente a obtenção de terras.

Uma parte das terras dos povos vencidos por Roma era transformada em *ager publicus*, terras públicas incorporadas como parte do butim de guerra. Não havia uma política fixa a respeito de quanto cada povo deveria ceder de suas terras. Às vezes 1/3 do território, outras vezes 2/3, ou mesmo toda as terras da comunidade submetida poderiam ser confiscada para o *ager publicus* romano. O Estado distribuía essas terras entre os cidadãos.

Nos princípios da expansão, a utilização do *ager publicus* para a criação de colônias de pequenos e médios proprietários teve um papel preponderante para atenuar os conflitos pela terra entre a plebe e a nobreza patricia. Porém, com o passar do tempo, as terras públicas passaram a ser monopo-

lizadas pelos grandes proprietários, que dominavam as principais funções do Estado e as utilizavam em proveito próprio, conseguindo assim grande parte do butim de guerra.

Estima-se que a partir do século II a.C. praticamente tenha cessado a distribuição de terras a cidadãos sem-terra. A população camponesa romana empobrecida, arruinada pelas próprias conseqüências das guerras, perdia assim o acesso a um de seus principais benefícios. Além de terem perdido suas terras, não tinham acesso ao *ager publicus*, controlado pela aristocracia, e ainda sofriam a concorrência da mão de obra escrava, cada vez mais utilizada nas grandes propriedades.

Os grandes proprietários, após a vitória sobre os cartagineses, podiam obter escravos a preços compensadores, graças à grande quantidade de escravos que chegavam a Roma. A vitória sobre a cidade grega de Tarento, no sul da Itália, teria fornecido um contingente de 30 mil escravos em 209^a.C.; sobre o Épiro, em 167^a.C., 150 mil; e sobre os cartagineses, em 146^a.C.h , 50 mil.

Esse escravo-mercadoria era considerado um objeto (res). Sendo propriedade de um senhor (dominus), este tinha o direito total sobre aquele e sobre os filhos que esse escravo viesse a ter. Sem sua liberdade original e recém-chegado do exterior, tornava-se um elemento desenraizado.(47)

Como um de seus resultados, a expansão romana consolidava e tornava predominante uma nova forma de organização das relações de produção do campo: a grande propriedade trabalhada por mão de obra escrava. Diante desse cenário, a população camponesa romana não tinha muitas possibilidades de continuar vivendo no campo, o que motivou a imigração para as cidades de grandes quantidades de camponeses, passando a constituir um proletariado urbano explosivo e potencialmente perigoso, que passou a ser manipulado pela aristocracia romana em benefício de seus projetos políticos.



ATIVIDADES

Caro aluno ou cara aluna, o texto abaixo foi extraído do livro *Imperialismo Greco-Romano* de Norberto Luiz Guarinello. Neste trecho que selecionamos, ele aborda as diferenças existentes no processo de expansão imperialista romano antes e depois das Guerras Púnicas. Leia-o atentamente e depois responda as questões solicitadas.

No período que se estende de 509 a.C. data tradicional da derrubada da monarquia, até o principado de Augusto, Roma esteve

constantemente em guerra. Desse estado de guerra permanece o ritual ligado ao templo de Jano, divindade propiciatória das partidas e retornos, e cujas portas se abriam ritualmente ao início de cada guerra. Durante todo período republicano, tais portas se fecharam apenas uma vez, em 202 a.C., para serem abertas logo em seguida, quando Roma venceu a segunda guerra púnica. Esse estado de guerra constante exigiu uma mobilização popular sem precedentes na história das cidades antigas, tanto na frequência do chamado às armas quanto na duração dos períodos de mobilização, que aos poucos foi se ampliando, quando as conquistas se tornaram mais difíceis e mais distantes. Durante o século II a. C., quando Roma expandiu seu poder para toda bacia do Mediterrâneo, estima-se que ao menos 10% da população masculina adulta estivesse em serviço a cada ano (cerca de 130 mil soldados, cada soldado servindo, em média, seis anos no exército. Uma mobilização de tal envergadura provocou uma acentuada militarização da sociedade romana e teve profundas conseqüências políticas e econômicas [...]

Podemos distinguir dois períodos no imperialismo romano, essencialmente diversos em sua natureza, suas causas, motivações e conseqüências. Tal distinção, a nosso ver, origina-se da especificidade das relações econômicas e políticas em Roma nos dois momentos. A expansão da Roma monárquica e republicana, até o século III a.C., foi realizada por uma sociedade essencialmente camponesa, na qual os cidadãos se definiam pela propriedade de lotes de terra, em geral de pequena extensão, que eram cultivados pelo proprietário e sua família ou, no caso das famílias aristocráticas, por trabalhadores dependentes, ligados à classe dominante por laços de clientela [...]

No curso do século III a.C. e, com maior intensidade, a partir da segunda guerra púnica, desenvolve-se em Roma a produção mercantil, baseada na utilização de mão de obra escrava em larga escala. O desenvolvimento, pela primeira vez no Mundo Antigo, do modo de produção escravista como sistema produtivo dominante foi possibilitado e favorecido pela expansão imperialista anterior, que propiciara acumulação de recursos - em bens materiais, terras e escravos - em grande quantidade e sua inversão numa forma de produção (a fazenda ou Villa escravista) voltada à produção de bens agrícolas para um mercado em expansão (1994, p. 46-47).



Coluna de Trajano (cerca de 113 d.C.), monumento em Roma, construído por ordem do imperador Trajano, que realizou as últimas grandes conquistas romanas. Seu baixo relevo em espiral comemora as vitórias romanas em campanhas militares contra os Dácios. (Fonte: www.auladearte.com.br).



Detalhes da Coluna, onde é representada a partida dos legionários romanos de seus quartéis para combater os Dácios. Na cena de baixo, o Deus Danúbio assiste os legionários atravessando uma ponte. (Fonte: <http://www.auladearte.com.br>).

1. Norberto Guarinello utilizou um belo exemplo das práticas religiosas romanas para nos mostrar a dimensão que atingiu as campanhas militares romanas durante a República. Qual foi esse exemplo?
2. Segundo Guarinello, quais foram as conseqüências para a sociedade romana desse estado de mobilização constante para a guerra?
3. Guarinello distingue dois períodos distintos no processo de expansão imperialista durante a República. Quais foram eles?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

1. Norberto Guarinello utilizou o exemplo de templo de Jano cujas portas se abriam ao início de cada guerra. Segundo ele, durante o período republicano, essas portas foram fechadas apenas uma vez, em 202 a.C., para serem reabertas logo em seguida.
2. O estado de mobilização constante exigiu uma movimentação sem precedentes na história romana. Segundo Guarinello, estima-se que, após o século II, pelo menos 10% da população romana passou a ser mobilizada para guerra, um esforço sem precedente que minou as bases de organização do poder republicano.

3. Para Guarinello, o primeiro período da expansão imperialista romana teria se dado a partir do seu início, durante a monarquia, até o século III, quando do início das Guerras Púnicas. Nessa fase, a expansão teria sido promovida por uma sociedade essencialmente camponesa, marcada principalmente pela pequena e média propriedade, trabalhada por seus próprios proprietários, ou, no caso das famílias aristocráticas, cultivadas por trabalhadores dependentes submetidos a relações de clientela.

Após as Guerras Púnicas, podemos dizer que a sociedade romana entrou em nova fase. Profundamente transformada em suas características originais, a partir desse momento, iniciou-se um processo de crises que culminou no fim da República como forma de organização política.

Como já vimos, um dos problemas essenciais que passou a perturbar a sociedade romana foi a questão da terra. Arruinados devido às guerras e os longos períodos de mobilização militar, os pequenos e médios proprietários iam perdendo suas posses e integrando o contingente cada vez maior de cidadãos proletários. Foi nesse contexto que os irmãos Gracos lideraram um movimento reformador (133-121), que pretendia conter o processo de empobrecimento e de perda de suas propriedades que assolava a massa dos pequenos camponeses, que formavam, até então, a base do exército romano. Suas propostas visavam limitar a formação de latifúndios e promover a distribuição de terras para cidadãos proletários. **Plutarco** nos informa que Tibério, agindo dessa maneira, estaria tentando resolver o problema da falta de homens em várias partes da Itália e o da dificuldade de manter o recrutamento para o exército, pois os cidadãos proletários não eram convocados para o exército. O discurso de Tibério, registrado por Plutarco, ilustra bem suas preocupações:

Os animais selvagens da Itália possuem cada um sua toca, seu abrigo; mas os homens que combatem e morrem pela Itália possuem apenas a luz, o ar, e nada mais. Sem morada, sem residência fixa, eles vagueiam levando consigo filhos e mulheres. Os comandantes mentem quando, antes das batalhas, os exortam a combater em defesa dos túmulos e lugares de culto, pois os romanos não possuem altar familiar, nem túmulos de antepassados. Eles combatem e morrem para sustentar o luxo e a opulência dos outros; são chamados de senhores do mundo, quando não possuem sequer um pedaço de terra.

O discurso de Tibério é contundente. A comparação entre os animais selvagens da Itália e os soldados romanos tornou-se célebre pela crueza com qual descreve a condição daqueles que “lutavam pela grandeza de Roma”, mas que não possuíam para si sequer um pedaço de terra. Conquistadores

Ver glossário no final da Aula

do mundo, viviam pior do que os animais, que ao menos possuíam uma toca para dormir.

Os irmãos Gracos pertenciam à aristocracia romana, mas viam no empobrecimento da massa camponesa uma situação perigosa que punha em risco a própria sobrevivência de Roma. A política dos irmãos Gracos tinha como objetivo preservar as bases sobre as quais se apoiavam a força de militar de Roma: o seu exército formado principalmente de pequenos e médios proprietários. Porém, suas propostas de distribuição de terra angariou-lhes ampla oposição nos meios aristocráticos, e ambos acabaram sendo levados à morte. Tibério, assassinado; Caio, por suicídio.

A questão da terra, da organização do exército e do relacionamento



O Mausoléu dos Gracos, escultura de Jean-Baptiste Claude Eugène Guillaume (1847-1853).
(Fonte: <http://www.images.google.com.br>).

de Roma com as regiões que havia dominado esteve na base dos conflitos da sociedade romana a partir da segunda metade do século II a.C. Após os eventos em torno do frustrado projeto reformador dos Gracos, outro nome importante que surgiu ligado a esse contexto de crises foi o de Mário, aquele que liderou o chamado partido popular na guerra civil que se instaurou a partir do século I.

Mário não pertencia às fileiras da nobreza antiga romana. Era um homem novo que, graças à riqueza e ao prestígio político que angariara, conseguiu eleger-se cônsul no ano de 108 a.C. Esse era um momento

dramático para Roma que vinha sofrendo derrotas militares na África e se encontrava ameaçada pelos celtas ao norte. Dificuldades militares que eram sinais claros da falência da organização do exército romano, que não vinha mais conseguindo obter os mesmos êxitos de outrora. Sinal da crise, cuja base se encontrava na proletarização dos camponeses que lhe serviam de sustento.

Mário então reorganiza o exército, recrutando proletários como voluntários, tornando o serviço militar uma profissão. Tal mudança se mostrou eficaz no campo militar, permitindo aos romanos voltarem a vencer seus inimigos, porém motivou profundas alterações no seio da sociedade romana. A convocação do proletariado para compor as fileiras das tropas romanas proporcionou grande poder aos seus comandantes. A tropa via neles aqueles a quem devia recorrer para o atendimento de suas demandas sociais, principalmente a de terra. Tal vínculo de solidariedade transformou o exército em uma temível arma política no jogo do poder em Roma. Seus comandantes tornaram-se homens poderosos e usavam seu prestígio para angariar os mais altos cargos da república. A partir de então, o controle das legiões passaria a ser o elemento fundamental na disputa pelo poder em Roma, transformando seus comandantes nos líderes em torno dos quais se organizavam vastos interesses relacionados aos mais diversos grupos da sociedade romana.

Foi nesse contexto de lutas e confrontos que Júlio César, apoiado em seu prestígio militar, ascendeu ao poder, após ter vencido seus principais oponentes organizados em torno da liderança de Pompeu.

Como resultado de um acordo político visando dividir o poder em Roma, Júlio César, Pompeu e Crasso formaram o que ficou conhecido como primeiro triunvirato, no ano de 60 a.C. Foi por intermédio desse acordo que ele obteve o comando dos exércitos na Gália, possibilitando iniciar uma bem-sucedida campanha militar que lhe angariou riquezas, prestígio e, o mais importante, o apoio de uma poderosa tropa que lhe era fiel. Com a morte de Crasso, em 54, e o aumento do poder de Júlio César, Pompeu, eleito cônsul com apoio do senado, tentou destituir César de seu comando militar na Gália. Ele não aceitou, pois sabia que seria seu fim; era o princípio de um violento conflito que levou à morte de Pompeu, e à obtenção, por parte de César, de um poder quase absoluto. Porém, a nobreza senatorial lhe era hostil, o que levou a uma conspiração que acarretou em sua morte em 44 a.C.

A morte de Júlio César motivou nova disputa pelo poder, envolvendo, principalmente, seus mais influentes seguidores, formando-se então o segundo triunvirato em 43 a.C., composto por Otaviano, Marco Antonio e Lépido. Porém uma violenta luta logo se estabeleceu entre Otaviano e Marco Antonio.

Após violentos confrontos, Marco Antonio e Cleópatra, rainha do

Egito, sua principal aliada, foram derrotados em 30 a.C. Em 27 a.C., Otaviano receberia do senado romano o título de augusto e, a partir daí, apesar de manter formalmente as instituições que caracterizavam a estrutura de poder republicano, passaria a concentrar em suas mãos funções cada vez mais amplas, exercendo um domínio que abarcava o comando supremo do exército, da condução da política externa, e o controle direto de diversas províncias. Com os títulos de augusto e imperador, Otaviano passaria a concentrar poderes antes jamais reunidos na figura de uma só pessoa. Era o fim da República e o início do império.



No texto abaixo, Corassin registra a importância da política de Otávio Augusto na organização do Império Romano. Leia-o atentamente e depois responda as questões propostas.

Ver glossário no
final da Aula

Quando **Otávio** (Augusto) assumiu o poder em Roma no ano de 27 a.C., muitas eram as reformas a serem empreendidas. Estas inicialmente permitiram a unidade política do imenso território conquistado por Roma e a criação do Império. O novo Estado fundado por Augusto garantiu igualmente a continuidade da estrutura econômico-social estabelecida durante a república. A primeira destas reformas, e uma das mais importantes, foi a liberação do camponês da obrigação do serviço militar, através da abolição da conscrição (recrutamento de soldados entre os camponeses) e da profissionalização do exército. Ao mesmo tempo foram distribuídos lotes de terra aos soldados já desmobilizados, de forma a diluir as tensões existentes. Augusto também procurou pacificar o território já conquistado, estabilizando as fronteiras do Império e fazendo com que as guerras deixassem de ser sistemáticas. O sistema fiscal para as províncias igualmente sofreu reformulações: foram nomeados funcionários, remunerados pelo Estado, para controlar a arrecadação de impostos. Estes, por sua vez, passaram a ser rigidamente fiscalizados para evitar abusos, corrupções e extorsões.

No nível governamental, as mais elevadas funções (Senado e outras magistraturas) foram abertas aos membros das famílias italianas, inaugurando uma época de aproximação política com as províncias. O poder anteriormente em mãos do Senado passou a ser centralizado pelo imperador. Mesmo assim a classe senatorial, renovada com os contingentes das aristocracias italianas, continuou sendo a classe dirigente, à medida que conservou o poder sobre a máquina administrativa do Estado Imperial, Estado este que, no fundo, representava seus interesses (CORASSIN, p.86).

Tendo como referência as informações contidas no texto acima, responda as seguintes questões.

1. Segundo o texto acima, qual foi a grande importância da política seguida por Otávio Augusto?
2. Quais foram as medidas tomadas por Augusto em relação ao exército?
3. Qual foi a política de Augusto em relação às províncias?
4. Em relação ao Senado, qual foi a política de Augusto?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

1. Segundo a autora, as medidas de Otávio Augusto permitiram a unidade política do imenso território conquistado por Roma e a criação do Império
2. Otávio liberou o camponês da obrigatoriedade de servir o exército e distribuiu terras aos soldados já desmobilizados, contribuindo para a diminuição das tensões sociais originadas pelas disputas da terra.
3. Augusto reformulou o sistema fiscal, nomeando funcionários para controlar a arrecadação de impostos, que também eram fiscalizados para impedir abusos e corrupção.
4. O poder que antes se concentrava no senado passou para a esfera do imperador.

Com Otávio Augusto foram definidas as bases sobre as quais se asentaram o Império Romano. Reorganização administrativa que promoveu as condições necessárias que permitiram a integração das províncias na estrutura do Estado romano, fazendo com que as aristocracias provinciais participassem da administração em suas mais diversas esferas de organização, criando um sólido esquema de alianças unindo o governo central em Roma e as elites provinciais nas mais diversas partes do império.

A subida de Otávio ao poder marca o início do período imperial, que perdurou até as invasões bárbaras do final do século V d.C. Tradicionalmente se costuma dividir a história do período imperial em duas fases: o Alto Império e o Baixo Império. O Alto Império (I a.C. a III d.C.) é considerado o momento do apogeu de Roma que, graças à estabilidade e à relativa paz obtidas desde o fim das guerras civis, com a subida de Otávio ao poder, atingiu seu momento de maior esplendor. O Baixo Império (III d.C. a V d.C.), por sua vez, foi o momento em que o Império passou a ser assolado por graves crises políticas e econômicas, que culminaram nas invasões bárbaras do século V e o conseqüente fim do Império Romano do Ocidente de 476 d.C.

CONCLUSÃO

É muito curioso que, ao se estudar o império romano, muito se preste atenção às causas que teriam levado à sua decadência e desintegração, na época das invasões bárbaras do século V. A pergunta que se faz é: tribos pouco avançadas poderiam ter vencido o então maior império da terra? Claro, a questão é importante, mas nos parece que ela deixa um pouco de lado uma questão fundamental! Ela toma como princípio, como ponto de partida, a existência do Império, como se essa grande criação humana fosse quase que natural. Não, o Império Romano foi uma construção social, política e econômica! Assim, nessas duas aulas em que desenvolvemos o Império Romano como tema, ao invés de perguntarmos como tribos bárbaras primitivas conseguiram “derrubar” o maior império do mundo até então, procuramos responder como uma tribo primitiva que, no início do século VIII a.C., formava um pequeno aldeamento na região central da península itálica, conseguiu tornar-se senhora de todo o mundo mediterrâneo.



RESUMO

Nessa aula buscamos expor as relações entre a sociedade romana e o seu processo de expansão imperialista. Mostramos então a tese do imperialismo defensivo, que busca entender as guerras de conquistas dos romanos como ações que não teriam como objetivo consciente a anexação de povos e territórios com a intenção de se obter riquezas à custa da submissão de outros povos. Por essa teoria, o impulso inicial do imperialismo romano teria sido resultado de uma série de “guerras defensivas” que teve como consequência a conquista de toda península Itálica. Contrapondo essa posição, apresentamos a tese de que os fatores iniciais que motivaram o expansionismo romano deveriam ser buscados nas próprias questões internas da sociedade romana, principalmente nos conflitos entre plebeus e patrícios, motivados, entre outros fatores, pelo problema da terra.



AUTO-AVALIAÇÃO

1. Qual foi a importância de Otávio Augusto na formação do Império romano?
2. Qual foi uma das principais consequências do processo de expansão territorial sofrida pela população camponesa romana?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

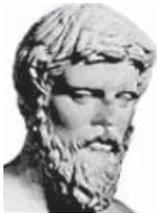
1. Otávio Augusto após ter ascendido ao poder promoveu uma série de reformas reorganizando o Estado Romano, criando as bases sobre as quais se sustentaram a estrutura do Império Romano.
2. As constantes guerras em que os romanos se envolviam levaram à ruína a camada de camponeses pequenos proprietários, que além de perderem suas terras passaram também a sofrer a concorrência do trabalho escravo.

REFERÊNCIAS

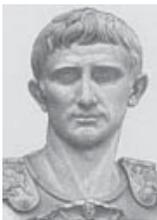
FLORENZANO, M.B. **O Mundo Antigo: economia e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GUARINELLO, N.L. **Imperialismo Greco-Romano**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

GLÓSSARIO



Busto do filósofo Plutarco. (Fonte: <http://www.filosofico.net>).



Busto em homenagem ao imperador romano Otávio Augusto. (Fonte: <http://www.geocities.com>).